

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2018/2019

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PE000060/2019
DATA DE REGISTRO NO MTE: 22/01/2019
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR002738/2019
NÚMERO DO PROCESSO: 46213.001050/2019-28
DATA DO PROTOCOLO: 21/01/2019

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES VIGILANTES EMPREGADOS DE EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES E ESCOLTA ARMADA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, CNPJ n. 23.963.074/0001-29, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CLAUDIO RICARDO MENDONCA DA SILVA;

E

ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ n. 13.343.833/0001-05, neste ato representado(a) por seu Gerente, Sr(a). RENATO CORREA DE LIMA ;

PSE SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ n. 07.199.146/0003-19, neste ato representado(a) por seu Gerente, Sr(a). RICARDO BERNARDINO DOS SANTOS;

SERVIS SEGURANCA LTDA, CNPJ n. 07.945.678/0006-09, neste ato representado(a) por seu Gerente, Sr(a). EDSON PEREIRA DA SILVA ;

DOIS CC SEGURANCA EIRELI, CNPJ n. 11.507.416/0002-06, neste ato representado(a) por seu Gerente, Sr(a). CEZAR LEIVA FERRAREZI ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de março de 2018 a 01º de março de 2019 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **empregados em empresas de segurança privada que exercem suas funções em atividades de escolta**, com abrangência territorial em PE.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS****CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO**

A remuneração do VIGILANTE DE ESCOLTA será de R\$ 1.324,09 (hum mil, trezentos e vinte e quatro e nove centavos), acrescido de adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento). O salário citado será pago a partir da competência de dezembro de 2018, não tendo efeitos retroativos a data base, haja vista, o referido ACORDO COLETIVO DE TRABALHO é inaugural junto a esta entidade sindical. O salário deverá ser pago até o quinto dia útil do mês seguinte à competência trabalhada.

**GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO****CLÁUSULA QUARTA - CONCESSÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO**

Será concedido o valor de R\$ 25,50 (vinte e cinco reais e cinquenta centavos) para alimentação por dia de trabalho aos VIGILANTES DE ESCOLTA, este valor será ajustado a partir do mês de dezembro, não tendo efeitos retroativos a data base, haja vista, o referido ACORDO COLETIVO DE TRABALHO é inaugural junto a esta entidade sindical.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Vale Alimentação deverá ser concedido de forma integral, considerando-se, para tanto, a escala de trabalho mensal.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA QUINTA - DA AJUDA DE CUSTO

A equipe de escolta receberá um adiantamento para a viagem de natureza indenizatória, que contemplará refeição e estada em hotel, sem o prejuízo do vale refeição concedido normalmente. O valor do adiantamento de viagem por diária para cada trabalhador será composto conforme abaixo:

Café da manhã R\$ 10,00

Almoço R\$ 15,00

Jantar R\$ 10,00

Hospedagem: R\$ 60,00

Total por trabalhador: R\$ 95,00

Ao retornar à base, a equipe terá 72 horas para prestar contas com o financeiro da EMPRESA e, caso não o faça nesse prazo, fica autorizado, desde já, o desconto do valor adiantado em folha de pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Será considerado ESCOLTA VIAGEM um deslocamento a partir de 150 Km e/ou em caso de permanência fora da região metropolitana por mais de nove horas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será concedido uma ajuda de custo para as ESCOLTAS URBANAS, após a décima hora trabalhada, no valor de R\$ 25,50 com o desconto do PAT de 0,05 ao dia.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA SEXTA - ATIVIDADES DA ESCOLTA

Considera-se VIGILANTE DE ESCOLTA aquele trabalhador que exerce atividade de escolta a veículos de terceiros que transportam cargas/bens, não se confundindo com o VIGILANTE ESCOLTEIRO (pois não desempenha o transporte de valores em carro forte propriamente, mas apenas o acompanhamento de carga/bens transportados em outra unidade veicular) nem com o VIGILANTE PATRIMONIAL (o qual realiza apenas a proteção de patrimônios físicos e pessoas).

PARAGRAFO PRIMEIRO: O Vigilante Escolta pode exercer a função de Vigilante Patrimonial, sem que seja caracterizado qualquer desvio de função, desde que permaneça o salário e o vale alimentação no período de baixo volume de escolta e demais sazonalidades.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA. PRAZO PARA COMPENSAÇÃO DE HORAS TRABALHADAS DE FORMA EXTRAORDIN

A jornada de trabalho do VIGILANTE DE ESCOLTA, dada a peculiaridade do serviço, será de 220 (duzentos e vinte) horas mensais, sem prejuízo da jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Será considerando hora excedente, aquela que extrapolar a jornada mensal ou semanal que trata o caput da presente cláusula, computando como hora excedente, passível de pagamento ou de compensação através de folga durante os quatro meses seguintes do efetivo trabalho prestado, a critério da empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O controle de jornada do VIGILANTE DE ESCOLTA, dada a peculiaridade da atividade, poderá ser através de folha de ponto externo e/ou de mapa de escolta (papeleta de serviço externo).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Havendo desligamento no decorrer do período citado no parágrafo primeiro, o saldo das horas extras a serem compensadas com folga, deverão ser quitadas na rescisão.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA OITAVA - PRESERVAÇÃO INTRAJORNADA E INTERJORNADA

Considerando as especificidades dos serviços, ou seja, a necessidade contínua da atividade, fica autorizada a seguinte situação:

a) O tempo utilizado para preservação (repouso noturno ou alimentação com guarda de carga), será remunerado pelo período integral correlato com o valor correspondente à hora normal, independentemente do rodízio porventura realizado pela equipe e ao seu exclusivo critério, para fins de vigilância da carga, sem serem consideradas tais horas, todavia, como hora extra.

b) O tempo de descanso sem preservação (guarda de carga) referente ao retorno à base, será remunerado como hora normal e computado em sistema de controle, por evidente, limitando o tempo de descanso a 8 (oito) horas, assim como o tempo em que se estiver realizando o efetivo deslocamento para regresso à base.

c) Em face das especificidades da atividade e da impossibilidade real de substituição da equipe durante as viagens, expressamente, reconhecido pelas partes, estabelece-se, a possibilidade de não concessão do intervalo intrajornada ou interjornada, respeitando-se as disposições retro indicadas.

RELAÇÕES SINDICAIS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA NONA - DA REPRESENTAÇÃO SINDICAL

PARÁGRAFO ÚNICO: Estipula-se para todos os efeitos de direito que, esta categoria e os beneficiários deste ACT enquadram-se na representação sindical laboral de transporte de valores e escolta armada do estado de Pernambuco, tendo como data-base 01 de março de cada ano.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas se comprometem a realizar as homologações das rescisões no sindicato laboral, seguindo a regulamentação da legislação trabalhista.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

As empresas descontarão de todos os seus empregados regidos por esta norma a título de Contribuição Assistencial, a importância de R\$ 40,00 (quarenta reais), em duas vezes, nos salários dos meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019, sendo R\$ 20,00 (vinte reais) em cada mês, montante esse que será recolhido a representação dos trabalhadores até o quinto dia útil após o efetivo pagamento dos salários, sob pena de multa de 10% (dez por cento), mais correção monetária. Fica garantido o direito de oposição pelos trabalhadores no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do registro da norma coletiva. Se obriga a representação obreira a divulgar o depósito da ACT em sistema mediador do Ministério do Trabalho, sob pena de responder por eventuais questionamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO DIREITOS DE COBERTURAS SOCIAIS

A partir do registro deste ACT, as empresas passarão a arcar mensalmente com a importância de R\$ 47,00 (quarenta e sete reais) por empregado que venha a aderir ao convênio/ plano de saúde realizado pelo sindicato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas efetuarão desconto em folha de pagamento, desde que prévia e expressamente autorizado pelo empregado, do valor correspondente à diferença entre o valor da mensalidade daqueles trabalhadores que aderiram ao plano de saúde, inclusive de dependentes, e a quantia estabelecida no caput, cuja diferença deverá ser repassada até o décimo dia de cada mês, ao sindicato, para fins de quitação perante a operadora do plano de saúde.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Enquanto o convênio/ plano de saúde que trata o Caput não for implementado, e na hipótese do funcionário não aderir ao referido convênio/ plano de saúde, as empresas estarão desobrigadas do repasse estabelecido no Caput.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviço, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial.

PARÁGRAFO QUARTO: A empresa gestora se responsabilizará pelos benefícios sociais e as providências necessárias para o atendimento aos laborantes.

PARÁGRAFO QUINTO: As partes ajustam que poderá ser fornecido aos trabalhadores plano odontológico, cuja responsabilidade será única e exclusiva do SINDFORT/PE, caso em que as empresas descontarão dos empregados os valores e repassarão a gestora indicada pelo sindicato, desde que expressamente autorizado pelos trabalhadores, não havendo qualquer responsabilidade de gestão ou financeira das empresas, em relação a este benefício, às quais, inclusive, não arcarão com o pagamento de qualquer valor.

PARÁGRAFO SEXTO: O SINDFORT /PE enviará para as empresas até o dia 15 de cada mês, a relação dos empregados que aderiram ao plano de saúde e o plano odontológico, com os respectivos valores totais devidamente autorizados pelo trabalhador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VALIDADE DO ATESTADO MÉDICO/ ENCAMINHAMENTO

As empresas acatarão os atestados médicos e odontológicos emitidos pelos profissionais de saúde conveniados com o sindicato obreiro, desde que os seus emissores estejam enquadrados no que determina o regulamento de benefício da previdência social e o referido sindicato forneça às empresas os nomes das clínicas conveniadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- As empresas que possuem serviços médicos próprios ou conveniados serão responsáveis pelos atestados médicos e odontológicos para abono de falta.

PARÁGRAFO SEGUNDO- O atestado médico que se refere no Caput só terá validade se for apresentado, mediante contra recibo, ao departamento pessoal das empresas até 72h (setenta e duas horas) contadas do afastamento do empregado.

**DISPOSIÇÕES GERAIS
MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS****CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REVISÃO**

O presente acordo poderá ser revisto total ou parcialmente, bastando para isso à simples comunicação por uma parte à outra, sem tal comunicação implique na aceitação pela ex-adversa, e ainda, desde que haja motivo plausível que justifique a revisão e ou promova nova negociação com esse sentido.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONTROVÉRSIAS, OMISSÕES E DÚVIDAS

As controvérsias, omissões e dúvidas, oriundas deste ACORDO COLETIVO DE TRABALHO serão dirimidas pela Justiça do Trabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região – Pernambuco, em qualquer de suas instâncias.

Este Acordo Coletivo de Trabalho será depositado no Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do sistema mediador, em conformidade com o art. 614, da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLAUDIO RICARDO MENDONCA DA SILVA
PRESIDENTE

**SINDICATO DOS TRABALHADORES VIGILANTES EMPREGADOS DE EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES E
ESCOLTA ARMADA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

RENATO CORREA DE LIMA
GERENTE
ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

RICARDO BERNARDINO DOS SANTOS
GERENTE
PSE SEGURANCA PRIVADA LTDA

EDSON PEREIRA DA SILVA
GERENTE
SERVIS SEGURANCA LTDA

CEZAR LEIVA FERRAREZI
GERENTE
DOIS CC SEGURANCA EIRELI

ANEXOS
ANEXO I - ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2018

Anexo (PDF) -Acordo Coletivo De Trabalho 2018

ANEXO II - ATA DA ASSEMBLEIA

Anexo (PDF) ATA DA ASSEMBLEIA

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.